

A força da mulher idosa frente às tragédias climáticas

Anna Fonseca

Nos últimos anos, o estado do Rio Grande do Sul tem sido palco de uma série de eventos climáticos extremos que têm deixado profundas cicatrizes na sociedade e na infraestrutura local. Entre setembro de 2023 e maio de 2024, o estado foi assolado por chuvas intensas e enchentes catastróficas que afetaram mais de 85% dos municípios gaúchos, deixando um rastro de destruição e impactando severamente a vida de milhões de pessoas.

Esses eventos não apenas testaram a resiliência das comunidades locais, mas também revelaram disparidades significativas nas capacidades de resposta e na proteção oferecida aos grupos mais vulneráveis, em particular os idosos. Comunidades como Muçum, no Vale do Taquari, que antes das tragédias abrigavam uma população de 4.601 habitantes, viram-se profundamente afetadas, perdendo parte de sua população para regiões mais seguras e deixando os idosos especialmente desamparados diante da falta de sistemas de proteção adequados durante as enchentes e no período pós-tragédia.

Ao longo deste artigo, relataremos os impactos desses eventos climáticos extremos na população idosa do Rio Grande do Sul, examinando não apenas os desafios enfrentados durante as crises, mas também as respostas governamentais, as iniciativas comunitárias e as medidas necessárias para garantir a segurança e o bem-estar desses indivíduos vulneráveis no futuro. Esta análise não apenas destaca a urgência de políticas públicas inclusivas e adaptativas, mas também sublinha a necessidade de uma abordagem holística para enfrentar os desafios crescentes das mudanças climáticas e proteger os mais afetados pela sua intensificação.

O corredor amazônico de água e a massa de ar quente

A ocorrência climática conhecida como "corredor amazônico de água" refere-se ao transporte de umidade da Amazônia para outras regiões do Brasil. Essa umidade, combinada com uma massa de ar quente que apareceu e estacionou na região central do país, resultou em precipitações excessivas no Rio Grande do Sul. As chuvas intensas e contínuas causaram o transbordamento de rios e córregos e milhares de deslizamentos em todas as regiões encharcadas, resultando em enchentes catastróficas.

Regiões mais atingidas

Na Região Metropolitana, cidades como Alvorada, Eldorado, Canoas, Gravataí, Cachoeirinha e a capital Porto Alegre foram duramente atingidas. As águas submergiram residências, escolas, hospitais e infraestruturas públicas e privadas, forçando a evacuação de meio milhão de pessoas e resultando em mais de 140 mortes. Em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, além dos deslizamentos de terra, pequenos tremores aumentaram o pânico entre os moradores, evidenciando a amplitude dos danos e a vulnerabilidade das áreas montanhosas a eventos climáticos extremos.

No Vale do Taquari, municípios como Lajeado, Estrela, Muçum, Roca Sales e Encantado enfrentaram inundações históricas. Em Muçum, por exemplo, o Rio Taquari atingiu níveis recordes, ultrapassando 26 metros em setembro de 2023 e mais de 20 metros em maio de 2024. Essas enchentes afetaram mais de 90% da cidade, deixando centenas de famílias desabrigadas e exacerbando a situação de vulnerabilidade, especialmente para os idosos que não dispõem de sistemas adequados de proteção e evacuação.

Este relatório não apenas destaca a escala dos danos materiais e humanos causados por esses eventos climáticos extremos, mas também sublinha a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura resiliente, planejamento urbano adaptativo e políticas de proteção social para garantir a segurança e o bem-estar das comunidades afetadas, em particular os segmentos mais vulneráveis como os idosos.

Desabrigados e ações do poder público

Em todo o Estado do Rio Grande do Sul, as enchentes resultaram na evacuação de milhares de pessoas. Em setembro de 2023, aproximadamente 30.000 pessoas tiveram que deixar suas casas na Região do Vale do Taquari. Em maio de 2024, o número de desabrigados aumentou para mais de um milhão, evidenciando a gravidade das chuvas e enchentes nesse período.

Os governos municipais das cidades afetadas mobilizaram equipes de emergência para resgatar pessoas ilhadas e fornecer abrigos temporários. Em todas as cidades atingidas, igrejas, escolas, ginásios, clubes, sedes de associações e qualquer área que pudesse abrigar foi utilizada para este fim, mas apenas na capital Porto Alegre é que dois abrigos específicos para idosos foram abertos. Um número muito aquém da necessidade.

Em maio de 2024, um total de 320 municípios do Rio Grande do Sul declarou situação de emergência, dos 435 impactados pelas enchentes que ocorreram no estado. Além disso, 46 municípios foram colocados em estado de calamidade pública, refletindo a gravidade das inundações e seus impactos nas

comunidades locais. O Governo do Rio Grande do Sul e o Federal liberaram fundos para auxiliar as cidades afetadas.

O governo federal destinou um montante significativo de verbas e auxílio aos municípios do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes. Até o momento, foram assegurados mais de R\$ 1,3 bilhão em emendas parlamentares, com R\$ 650 milhões já depositados em contas de diversos municípios gaúchos e uma expectativa de que os depósitos se aproximem de R\$ 800 milhões.

Além disso, foram anunciados R\$ 741 milhões para diversas áreas afetadas, incluindo a construção de unidades habitacionais e operações emergenciais do Ministério da Defesa. Destes, R\$ 185 milhões são destinados especificamente para a reconstrução das cidades e ações de defesa civil, R\$ 125 milhões para a compra e distribuição de alimentos, e R\$ 80 milhões para a reforma de unidades básicas de saúde e envio de medicamentos, segundo os Jornais do Comércio e Globo.

Também foi encaminhado ao Congresso Nacional um pacote de 12 medidas de auxílio totalizando R\$ 50,9 bilhões, que incluem antecipação de benefícios sociais e apoio a trabalhadores e empresários locais.

Sob a tutela do Estado, equipes da Defesa Civil foram enviadas para as áreas mais críticas, e campanhas de doação de alimentos, roupas e itens de higiene foram organizadas. Centenas de toneladas desses produtos foram levados aos desabrigados, muito também pelo esforço de milhares de voluntários vindos de outros estados e até mesmo de fora do Brasil.

O papel dos voluntários foi fundamental na resposta às tragédias. Organizações não governamentais, grupos comunitários e cidadãos comuns, num número aproximado de mais de 7 mil pessoas, se uniram para fornecer ajuda imediata às vítimas. A solidariedade da população brasileira foi um fator crucial para aliviar o sofrimento das comunidades afetadas.

O auxílio chegou, mas em nenhum momento, os idosos tiveram prioridade nas ações públicas.

Município de Muçum e os impactos climáticos

Neste município, que é o objeto deste trabalho de pesquisa, a população que antes das tragédias alcançava o número de 4.601 habitantes, de acordo com o Censo/2022, agora ultrapassa timidamente 3 mil habitantes, já que boa parte não tem mais intenção de voltar a morar lá. Os que foram embora, na maioria jovens, alegam a total incapacidade de impedir novos episódios como estes que aconteceram. Enquanto isso, mais de 15% da população restante, formada pelos idosos lá residentes, não dispõem de nenhum tipo de sistema único de proteção, ou mesmo de resgate durante as chuvas, ou ainda de abrigo após deixarem suas residências. Aqueles que não tinham parentes ou casas de amigos para ficar,

foram encaminhados aos poucos locais de acolhimento na cidade, junto a todos os demais.

Tal situação é descrita pela assistente social Carmem Santos “depois da tragédia ocorrida em nossa cidade em setembro passado, onde 16 pessoas morreram, nossa população reagiu de forma mais rápida aos avisos de evacuação da Prefeitura, no mês de maio. Não tivemos óbitos mas, mesmo assim, a imensa maioria que mora nas linhas da cidade – bairros mais afastados – não tiveram como se deslocar, ficando ilhados e buscaram abrigos próximo de suas residências.

O que conseguimos fazer durante o mês foi levar de helicóptero comida, medicamentos e água para estes locais, mas tudo era jogado das aeronaves no chão, pois não havia como pousar e quase todo tipo de comunicação ficou interrompida”, afirma a assistente social e completa “somente após reconstruirmos estes acessos terrestres é que poderemos saber a realidade das pessoas e dos nossos idosos que justamente não tiveram como ser retirados dos locais inundados”.

A tragédia em Muçum

Muçum, localizada no Vale do Taquari, tem uma história rica e diversa. A cidade foi colonizada por imigrantes italianos no final do século XIX, que trouxeram tradições culturais e agrícolas que ainda hoje influenciam a região. A cidade é conhecida por sua paisagem montanhosa e rios abundantes, que, paradoxalmente, se tornam uma fonte de perigo durante as enchentes.

Também devido a esta geografia, o município teve quase todas as casas atingidas e destruídas ou semidestruídas nas enchentes de 2023 e 2024, num total de 900 famílias e mais de 3520 pessoas, em todos os bairros ou Linhas – nome das regiões no município: Centro, São José, Nossa Senhora de Fátima, Linha Santa. Lucia, São Faustino Juvita, Linha Alegre, Dom Felipe de Nadal, Linha Sto. Isidoro e Loteamento José Marcolim. Assim como todas as regiões, também todas as classes sociais foram atingidas.

O auxílio federal e estadual recebido foi utilizado para compra de cestas básicas, material de limpeza e móveis para doações, itens mais necessários neste momento, assim como para uso nos abrigos, também, dentro do Programa Aproxima RS. “Após setembro tivemos reforma no CRAS – Centro de Referência e Assistência Social, mas foi atingido em maio, novamente, e estamos temporariamente no Salão Paroquial da cidade, onde centralizamos as doações e atendimento ao público em geral.

Os locais de atendimento de saúde, ESF e hospital não foram atingidos, estão em área bem alta, com atendimento normal mas sobrecarregados”, fala a secretária municipal de Saúde, Graziela Fontana.

Recursos públicos obtidos pela administração municipal também foram utilizados na reconstrução da ponte Brochado da Rocha, um dos principais acessos à cidade.

Muçum historicamente sofre com eventos climáticos como as enchentes, mas as de setembro e maio foram catastróficas, com o município ainda se adequando às necessidades mais urgentes no atendimento aos idosos, mas não possuem um conselho de idosos atuante, com todo atendimento baseado em busca ativa e em atendimentos presenciais e praticamente quinzenais nas Linhas mais afastadas. Isto antes de setembro.

Ações necessárias para a reconstrução

Já passados mais de 60 dias dos piores momentos da enchente de maio, o Estado permanece em estado de alerta, já que as chuvas continuam a cair, mesmo que mais espaçadas e em menor volume.

Para que as populações atingidas possam imaginar um futuro, é preciso que o poder público execute ações coordenadas e de longo prazo. Segundo Al Gore, "A mudança climática é uma realidade que devemos enfrentar com urgência." A frase do autor americano ressalta a necessidade de ações imediatas e eficazes para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Mas continuariam a não ser eficazes se não contarem com as populações moradoras e utilizadoras destes centros urbanos, como afirma Bill McKibben. "A questão das mudanças climáticas não é apenas ambiental, mas também moral", destacando a responsabilidade coletiva em enfrentar e resolver a crise climática.

Algumas das medidas relatadas por cientistas e estudiosos ambientais têm como prioridade o reforço das infraestruturas de drenagem, com a construção e fortalecimento de diques para prevenir futuras inundações. Um plano de urbanização sustentável a longo prazo, com especial atenção ao desenvolvimento que considere áreas de risco e sustentabilidade ambiental.

Para enfrentar os efeitos devastadores dos eventos climáticos extremos, como as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, é crucial implementar uma série de medidas estratégicas e coordenadas. Abaixo, algumas das principais iniciativas que podem ser adotadas.

Medidas Estruturais e de Planejamento das Cidades

1. Infraestrutura de Drenagem:

- Reforço e expansão do sistema de drenagem urbana, incluindo a construção de novos diques e barragens, para mitigar o impacto das enchentes.

2. Zoneamento Urbano Sustentável:

- Implementação de um plano de urbanização sustentável que considere áreas de risco e promova o desenvolvimento urbano com critérios de sustentabilidade ambiental.

3. Mapeamento de Áreas de Risco:

- Realização de um mapeamento atualizado das áreas de risco, utilizando tecnologias de sensoriamento remoto e modelagem hidrológica para identificar locais vulneráveis a enchentes e deslizamentos.

4. Normas de Construção Resilientes:

- Fortalecimento das regulamentações de construção, para garantir que novas edificações sejam projetadas com medidas de resistência aos impactos climáticos, como elevação de nível de piso e materiais resistentes à água.

Aspectos Informativos e Educacionais

1. Educação para a População:

- Promoção de campanhas educativas sobre medidas preventivas em caso de desastres naturais, incluindo a criação de planos familiares e para grupos mais frágeis de emergência e a divulgação de rotas de evacuação seguras.

2. Alertas e Comunicação Eficiente:

- Investimento em sistemas de alerta precoce eficazes, que possam alcançar toda a população através de múltiplos canais de comunicação (SMS, redes sociais, rádio, etc.), garantindo que informações vitais sejam acessíveis a todos.

Estruturas para Atendimento de Eventos Climáticos Extremos

1. Centros de Acolhimento Emergencial:

- Manutenção de centros de acolhimento emergencial bem equipados e preparados para receber rapidamente a população desabrigada, com especial atenção às necessidades dos idosos e outras populações vulneráveis.

2. Abastecimento de Necessidades Básicas:

- Estabelecimento de protocolos claros para a distribuição de alimentos, água potável, medicamentos e itens de higiene nos centros de acolhimento e áreas afetadas, assegurando um suprimento contínuo durante e após os eventos climáticos.

Formas de Atendimento da População Durante e Após Eventos Climáticos

1. Assistência Médica e Psicológica:

- Garantia do acesso a serviços de saúde física e mental para os afetados, incluindo cuidados específicos para idosos e pessoas com necessidades especiais.

2. Reabilitação e Reconstrução:

- Apoio a programas de reabilitação das áreas afetadas e de reconstrução de infraestruturas danificadas, com foco na recuperação rápida e resiliente das comunidades atingidas.

3. Inclusão Social e Proteção Social:

- Reforço de políticas de inclusão e proteção social, assegurando que grupos vulneráveis, como os idosos, tenham acesso prioritário aos serviços públicos e programas de apoio.

Conclusão

Os eventos climáticos extremos que assolaram o Rio Grande do Sul recentemente não apenas expuseram as fragilidades de nossa infraestrutura e planejamento urbano, mas também evidenciaram a vulnerabilidade extrema da população, especialmente dos idosos. A necessidade urgente de implementar medidas preventivas e de apoio torna-se ainda mais evidente diante dessas tragédias, que deixaram um rastro de destruição e sofrimento em várias comunidades.

Investimentos em infraestrutura resiliente, sistemas de alerta eficazes e planos de evacuação adequados são fundamentais para mitigar os impactos futuros das mudanças climáticas. Além disso, é crucial garantir que os idosos e outros grupos vulneráveis sejam priorizados em políticas públicas de adaptação e resposta a desastres naturais, oferecendo-lhes apoio social, assistência médica e abrigos seguros durante e após os eventos climáticos.

A solidariedade demonstrada pela sociedade civil e o esforço coordenado entre governos, organizações não governamentais e voluntários foram fundamentais para amenizar o sofrimento das comunidades afetadas. No entanto, é imperativo que esses esforços sejam acompanhados por políticas estruturais que fortaleçam a resiliência das comunidades e protejam aqueles que são mais vulneráveis aos impactos adversos das mudanças climáticas.

Portanto, garantir um futuro mais seguro e resiliente para o Rio Grande do Sul exige um compromisso contínuo com a proteção das pessoas, especialmente dos idosos, através de medidas proativas que promovam a sustentabilidade ambiental e a justiça social em face dos desafios climáticos globais. (avalia essa conclusão)

Bibliografia

Gore, Al. "Uma verdade inconveniente: a emergência planetária do aquecimento global e o que podemos fazer a respeito." Livros Rodale, 2006.

McKibben, Bill. "Eaarth: Construindo uma vida em um novo planeta difícil." Grifo de São Martinho, 2011.

Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Relatórios de Situação, 2023-2024. IBGE. "História da Colonização de Muçum." Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

Data de recebimento: 02/08/2024; Data de aceite: 30/08/2024.

Nota

O presente trabalho faz parte do resultado parcial de pesquisa selecionada na 3ª edição do "Edital Acadêmico de Pesquisa 2023: envelhecer com futuro", promovido pelo Itaú Viver Mais e Portal do Envelhecimento.

Anna Fonseca - Jornalista e Técnica Ambiental. E-mail: annasilviafonseca@gmail.com